



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI
DE ORÇAMENTO PARA 2014**

Parlamento Nacional, Díli
9 de Janeiro de 2014



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Díli, Timor-Leste

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Suas Excelências
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional
Suas Excelências
Senhores Deputados

Caros colegas, membros do Governo

Senhoras e senhores,

É com todo o respeito que me dirijo, e pela última vez na qualidade de Primeiro-Ministro, a esta que é por excelência a Casa-mãe da nossa democracia, para apresentar um Orçamento Geral do Estado.

A consolidação do exercício democrático em Timor-Leste tem-se vindo a fazer por todos os que aqui nos encontramos, em representação de uma cidadania que tem saído fortalecida do diálogo e interacção institucionais, que têm marcado estes últimos anos.

Foi do estabelecimento de fundações sólidas de paz e estabilidade que se pôde erguer uma arquitectura institucional que hoje amadurece pela dinâmica fluida de debate e 'checks and balances', mas também da busca de consensos e de esforços conjuntos que nos unam a todos num mesmo projecto.

Todos temos afinal um objectivo comum: promover o crescimento de Timor-Leste de forma inclusiva, equilibrada e sustentável. Para tal, acredito que esta Casa Magna deve servir de lugar de encontro de posições e de busca de soluções que sirvam, antes de mais, aquele que é o interesse nacional.

O debate do OGE é aquele que, antecedendo um novo período fiscal, nos obriga a estabelecer metas, objectivos a cumprir, com um plano claro de actividades e financiamento que lhes corresponda. Este é o debate onde aclaramos o trabalho dos doze meses subsequentes: deve por isso ser reflectido e ponderado de forma a que os recursos de que dispomos sejam maximizados em função do bem-estar de todos os timorenses.

E é por esse objectivo maior, o do bem-estar das famílias timorenses, que uma solução abrangente e conjunta, que saia desta Casa, terá mais significado para se materializar num país melhor.

Queremos que o Orçamento Geral do Estado de 2014 seja uma solução encontrada entre as várias vontades que fazem Timor-Leste, procurando alargar um consenso que nos permita falar com equidade em democracia participada.

Privilegiemos aquilo que nos une, que é tão mais forte do que aquilo em que divergimos. Todos queremos que as nossas crianças possam ir à escola, que cresçam adultos capazes, que desenvolvam a sua profissão e possam dar à sua família os meios necessários para viver de forma saudável e feliz. Queremos que os nossos

velhos e mais frágeis possam ser acolhidos por serviços especiais. Queremos que a nossa economia prospere. Queremos que cada timorense possa cumprir sonhos novos, nascidos daquele que foi o sonho mais alto de nos tornarmos independentes. Dessa mesma raiz nasce hoje um futuro inteiro.

Excelências,

O contexto internacional em que nos atrevemos a sonhar não é auspicioso. Assistimos a um quadro económico global em que o despesismo levou à crise e as soluções paliativas centradas na austeridade não a estão a travar. A espiral de recessão que países desenvolvidos hoje enfrentam tem a sua origem numa acção governativa que se esquece de olhar para as pessoas. Mas, quanto a mim, as instituições do Estado, daqueles países desenvolvidos, não conseguiram cumprir os padrões que as suas leis prescreveram, em termos de gestão financeira e controle orçamental das despesas e sobretudo das suas dívidas soberanas. O mais interessante é que, como país novo, nós fomos tentados a aprender deles, tentados a copiar os seus 'standards'; hoje, aprendemos que, para evitar situações semelhantes, devemos reforçar as nossas instituições para uma boa prática de 'checks and balances'.

Aprendemos com a lição de outros e reiteramos um compromisso que é antes de mais com as famílias timorenses, com os homens e mulheres que contribuem para um crescimento que se quer inclusivo e sustentável, com os mais vulneráveis que merecem cuidados especiais, com os jovens que são a base fundamental do nosso futuro e que merecem a oportunidade de fazer agora um país novo.

Esse é o nosso compromisso último.

Timor-Leste tem sido capaz de crescer apesar da crise, enviando sinais modestos, mas positivos de arranque económico. Muito desse crescimento é impulsionado pela imensa riqueza dos nossos recursos energéticos, mas Timor-Leste tem que saber aproveitar o vento a favor. É premente beneficiar deste momento para investir na diversificação da economia que permitirá a médio prazo o seu amadurecimento.

Porém, importa termos em conta que nenhum vento é favorável quando não sabemos para onde vamos.

Hoje, sabemos o caminho que queremos trilhar, sabemos bem que país queremos ser. Temos um plano que nos permite hoje olhar em frente, para as metas concretas que queremos alcançar. Daqui a vinte anos, queremos um Timor-Leste de rendimentos médio-altos, com uma população próspera, instruída e saudável.

Para lá chegarmos, traçámos um plano que é hoje matriz essencial da nossa acção governativa. O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 está hoje em curso e este Orçamento Geral do Estado para 2014 não é mais do que a materialização muito concreta da etapa presente desse Plano.

Este Plano sugere uma abordagem que encadeia o curto, o médio e o longo prazo, numa visão de conjunto para o país que quer crescer, mas crescer bem, com fundações sólidas. A proposta de Orçamento para 2014 que hoje aqui apresentamos

responde plenamente à etapa que temos pela frente, num presente que prepara e sustenta o futuro. Inclui políticas e projectos com um impacto mais imediato, complementadas com programas cuja visibilidade poderá ser notória apenas em alguns anos, mas que não deixam por isso de fazer parte de um propósito amplo de crescimento do país como um todo.

Queremos, com este plano bem traçado, aproveitar o vento favorável em prol de um desenvolvimento económico antes de mais inclusivo e sustentável.

Inclusivo porque tem que responder às necessidades de todos os timorenses por igual, nomeadamente dos que mais precisam, assim como às necessidades desde as nossas comunidades costeiras aos sucros nas montanhas do interior.

Sustentável porque não pode responder apenas às demandas imediatas da nossa população, mas deve antes conjugar uma resposta mais premente com uma visão de longo prazo que não hipoteque os recursos que temos para as gerações futuras.

É por um imperativo de sustentabilidade que Vossas Excelência também insistem no rigor e no profissionalismo na gestão das contas públicas. Para tal, vai-se continuar a encorajar as já existentes instituições do Estado, a melhorarem o seu empenho pela garantia de uma maior eficácia e transparência.

Este compromisso com o rigor, com a responsabilidade e com a transparência tem aliás sido reconhecido internacionalmente em diferentes fóruns. Em 2012, subimos 30 posições no ranking mundial da transparência, medida pelo Índice de Percepção da Corrupção e, em 2013, o relatório do Índice de Gestão de Recursos do Instituto “Revenue Watch” valorizou a transparência dos sistemas adoptados por Timor-Leste no quadro da gestão da sua riqueza petrolífera classificando o nosso país no 13º lugar, à frente dos nossos vizinhos mais desenvolvidos, no que toca a salvaguardas e controlo de qualidade.

O cumprimento exemplar de Timor-Leste da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas tem, mais ainda, despoletado pedidos de países irmãos, com recursos similares aos nossos, para aprenderem com a nossa experiência e recuperar as boas práticas que temos vindo a implementar de forma a replicar os mecanismos de transparência e rigor que imprimimos no nosso país.

Excelências,

Este quadro de rigor e ponderação que exigimos na gestão administrativa e na execução financeira vem também reflectida nesta Proposta que hoje aqui apresentamos.

O Orçamento Geral do Estado para 2014 proposto é assim de **\$1,5 mil milhões** de dólares, num esforço realístico de adequação à nossa capacidade de execução, atendendo às necessidades prementes de desenvolvimento, mas também à necessidade de observar a inflação.

Reconhecemos que o cenário de crescimento económico dos últimos anos tem tido como efeito indesejado o aumento da inflação, afectando o poder de compra dos timorenses. Face a este aumento, temo-nos comprometido com melhores mecanismos de monitorização e análise da inflação de forma a que esta possa ser reduzida.

Sabemos hoje que a razão para este aumento se compõe de diferentes factores, nem todos controláveis pela acção do Estado, e estamos por isso a criar condições para estarmos mais preparados para a combater. Queremos com isto que esta não dispare de forma descontrolada, mas que ao mesmo tempo não invalide o investimento crucial nos programas de desenvolvimento.

Este é, portanto, o momento de construir o futuro, mas em constante ponderação com aqueles que são os nossos objectivos de política macroeconómica.

Foi com esse intuito que, relativamente a 2013, voltámos a conseguir, pelo segundo ano consecutivo, uma redução considerável na importância total do Orçamento, como parte de um esforço continuado de sustentabilidade fiscal e de maximização dos recursos.

Neste esforço, a definição de prioridades é fundamental para evitar a prodigalidade e o desnorte das contas públicas e essas prioridades estão bem definidas, num espírito de continuidade com os anos anteriores:

- Desenvolvimento do capital social, com um investimento determinante orientado para as pessoas, no que respeita fundamentalmente à saúde, à educação e à formação profissional.

- Desenvolvimento das Infra-estruturas básicas.

- Crescimento económico integrado, inclusivo e sustentável, com base na agricultura, no turismo e na indústria petrolífera.

- Consolidação do quadro institucional, que tem sido garante da boa governação, da paz e da estabilidade, base imprescindível para que todos os outros sectores possam singrar.

Se observarmos a alocação de fundos por Ministério, identificamos com evidência a prioridade atribuída pelo V Governo Constitucional às questões sociais e de infra-estruturas deste Orçamento Geral do Estado. Os quatro Ministérios com uma contribuição financeira mais significativa são o Ministério das Obras Públicas, o Ministério da Solidariedade Social, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

Assim, o Orçamento Geral do Estado para 2014 reflecte proporcionalmente a atenção dada aos grandes sectores prioritários para o V Governo Constitucional que, se por um lado dão continuidade aos grandes investimentos feitos em anos anteriores, aposta em novos projectos e programas para dar uma resposta mais eficaz às necessidades de curto, médio e longo prazo dos timorenses.

Neste contexto, no que respeita aos grandes vectores sociais, este Orçamento acentua particularmente as despesas com a saúde e a educação, num quadro geral de luta contra a pobreza.

O Orçamento previsto para o **Ministério da Saúde** aumenta de \$64.3 milhões em 2013 para **\$67.2 milhões** em 2014.

Este acréscimo vai permitir nomeadamente implementar plenamente a Política de prestação de serviços de saúde ao nível da atenção primária e construir 39 postos de saúde no âmbito do pacote de saúde integrado nos sucros, programas que visam o reforço dos serviços primários alargando a sua cobertura nacional, mas vai permitir igualmente apostar em serviços especializados de excelência em traumatologia, pneumologia, oncologia, cardiologia entre outros, num esforço prioritário para alargar os cuidados especializados de saúde nacionais.

O Orçamento atribuído ao **Ministério da Educação** aumentou de \$92 milhões em 2013 para **\$106.6 milhões** em 2014, constituindo-se hoje como mais de 15% do OGE, vincando aquela que é a prioridade nacional com o reforço educativo das nossas crianças e jovens.

Este pacote financeiro vai garantir a construção de 100 novas pré-escolas, a reabilitação de 50 escolas centrais do ensino básico e a construção de 4 novas escolas modelo para o Ensino Secundário Geral. A complementar o investimento na melhoria das infra-estruturas escolares, o montante atribuído ao Ministério de Educação será dedicado também ao aperfeiçoamento curricular, assim como a uma aposta firme no desenvolvimento das capacidades pedagógica e educativa dos professores. Só em 2014 esperamos que 1500 novos docentes terminem o curso de formação complementar para efeitos de integração na carreira docente.

Os dois fundos especiais – o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano e o Fundo das Infra-estruturas - espelham igualmente aquelas que são as necessidades primeiras.

O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano continua a beneficiar de um montante significativo, tendo alocado um total de **\$40 milhões**, capaz de dar resposta às necessidades imperativas de melhoria dos nossos recursos humanos. Neste quadro, a grande diferença é uma reorganização na alocação de fundos que permita privilegiar a formação técnica e profissional, duplicando esta última de \$4.8 para **\$10.1 milhões**. O montante atribuído às bolsas de estudo mantém-se muito expressivo num espírito de continuidade com anos anteriores com a aposta na formação profissional no estrangeiro.

No que respeita às infra-estruturas, um dos números que emerge com grande evidência desta proposta de Orçamento é a redução do montante investido neste Fundo especial, em comparação com os números de 2013. Esse decréscimo de \$604.4 milhões para **\$425.1 milhões** encontra a sua explicação, por um lado, nos resultados já alcançados nestes anos, por outro, numa gestão financeira diferente, racionalizada, dos projectos em curso.

No que concerne aos resultados alcançados, o sucesso conseguido no quadro do projecto da Electricidade, com o funcionamento pleno das Centrais Eléctricas de Hera e Betano, possibilitará uma distribuição eléctrica nacional mais eficiente, com um impacto evidente na qualidade de vida do nosso Povo, mas igualmente no desenvolvimento das actividades económicas que dependem da energia.

Quanto aos grandes projectos ainda em curso, como o projecto Tasi Mane, a construção e reabilitação de estradas e pontes, e as melhorias em termos de infra-estruturas portuárias e aeroportuárias, estes verão implementadas as fases consequentes respectivas, mas uma vez que as despesas correspondentes vão ser desembolsadas gradualmente, em vez de grandes pagamentos de uma só vez, a afectação anual para cada um será também reduzida, gerando um volume total inferior ao do ano passado.

Não quer isto dizer que o propósito do Estado de alavancar o crescimento económico no desenvolvimento de infra-estruturas de base tenha sido alterado, mas antes que uma maior racionalização dos recursos existentes, em consonância com a nossa capacidade de execução, imprimirá um maior rigor na gestão sustentável da despesa pública.

Assim, este Orçamento para 2014 cobrirá nomeadamente infra-estruturas básicas viradas muito em especial para as nossas zonas rurais e remotas, como a instalação de sistemas de água em 25000 lares rurais, a reabilitação de 200 km de estradas rurais nos 13 distritos ou a construção de 3000 unidades de painéis solares e sistemas de energia eólica em Ataúro e Oecussi.

A pensar nas necessidades do nosso mercado, iremos investir **\$10,5 milhões** na extensão e construção do novo Terminal do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato a par com um montante de **\$13,2** para os novos Portos, incluindo a preparação do novo Porto de Tibar, iniciativas que no seu conjunto reforçarão a confiança do investimento estrangeiro em Timor-Leste ao criar condições essenciais de acesso a mercadorias e serviços.

\$20.9 milhões do Fundo das Infra-estruturas serão também alocados ao desenvolvimento de Oecussi, que como sabem, beneficiará da criação este ano de uma Zona Económica Especial numa iniciativa liderada pelo Dr. Mari Alkatiri que transformará a paisagem económica, social e cultural do nosso enclave, num esforço necessário de aproximação ao crescimento do resto do país.

A contenção nos investimentos em infra-estruturas permitiu compensar o orçamento previsto para os nossos sectores tradicionais, como a Agricultura e as Pescas, numa intenção que o Plano Estratégico de Desenvolvimento e o Programa do Governo patenteiam: a de diversificar a economia não-petrolífera tendo como sectores privilegiados a Agricultura e o Turismo. A agricultura beneficia assim de uma alocação de **\$25,25 milhões**.

Excelências,

A Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2014 sugere afinal uma abordagem diversificada de curto, médio e longo prazo para a causa nacional que substituiu a luta pela independência e que é hoje, acima de tudo, o combate ao flagelo da pobreza.

Nesse combate, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, continuando a servir de ferramenta de análise, estão hoje a ser revistos mundialmente para um novo arranjo pós-2015, num debate no qual Timor-Leste tem vindo a participar com uma

postura crítica, pelas lições que aprendemos, como país em transição, juntamente com outros 17 países do grupo 'g7+'.

Até à data conseguimos atingir progressos nos Objectivos relacionados com a Taxa de Mortalidade Infantil, a Taxa de Mortalidade de Crianças com Menos de 5 Anos e os casos de tuberculose detectados e tratados.

A redução considerável destes indicadores manifesta o efeito positivo das reformas implementadas para melhorar as condições dos serviços de saúde, nomeadamente pelo esforço em aumentar o número de profissionais ligados à saúde, ou as parcerias com a sociedade civil na criação de campanhas de informação com forte impacto na população.

Em 2012, alcançámos também o ODM vinculado com a percentagem de assentos ocupados por mulheres no Parlamento.

Hoje, estamos bem posicionados para conseguirmos melhorar os resultados nacionais relativos a mais dois ODM: a taxa líquida de matrículas no ensino primário, que se aproxima já dos 90%, e a percentagem de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados.

O alcance destas melhorias, ainda que modestas, num cenário nacional que ainda é dramaticamente afectado pela pobreza, são sinais de um esforço colectivo, de uma abordagem de todo o Governo, com vista ao crescimento económico inclusivo capaz de melhorar hoje e amanhã as condições de vida de todos os timorenses.

Esse imperativo está na origem daquele que é um Plano articulado que abrange da reabilitação de estradas para facilitar o acesso das famílias aos centros de saúde, à construção de escolas onde se poderá formar o país do futuro; da criação de sistemas de irrigação para melhorar a produção agrícola à formação nas indústrias do turismo a pensar na diversificação da nossa economia.

É esse imperativo, o imperativo social, o imperativo do interesse nacional, o imperativo do bem-estar de todos os timorenses que é afinal transversal a todo o Orçamento de Estado. Nenhum programa faz sentido implementado de forma isolada e só na articulação do todo que aqui projectamos poderemos, de uma forma responsável e sensata, responder aos desafios que juntos temos pela frente.

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Senhores Deputados,

Uma alteração deste OGE relativamente ao ano passado é o aumento de 11% das três categorias de dotação a nível de despesas recorrentes. Cálculos simplistas não servem, porém, para explicar o projecto nacional contido neste documento financeiro, o que obriga a observar com mais detalhe o que vem reflectido nesta proposta de Orçamento.

Uma primeira análise simplista do aumento das despesas recorrentes pode ser enganadora. É fundamental compreender que grande parte deste aumento se verifica no acréscimo de investimentos sociais e físicos em áreas prioritárias como a saúde ou a educação. Se observarmos cada categoria de despesa, podemos compreender que o objectivo está longe de ser o de alimentar um aparelho estatal, mas antes de garantir uma série de serviços públicos basilares para as famílias timorenses.

Se a categoria 'salários e vencimentos' beneficiou de acréscimos é porque consideramos que profissionais como o pessoal médico tem direito a um regime de carreira especial, para o qual foram alocados **\$4,7 milhões**. O mesmo se reflecte no sector da educação, para o qual é decisivo motivar os funcionários para elevar os standards existentes no país.

Igualmente a categoria salários e vencimentos irá abrigar o pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação que irá estabelecer as novas embaixadas de Timor-Leste previstas para 2014 no Laos, Camboja, Brunei e Myanmar. Será através destas novas representações de Timor-Leste no estrangeiro que conseguiremos reforçar a capacidade de influência e a reputação do país, em especial num quadro de adesão à ASEAN.

Compreendamos também em que se traduz o aumento na categoria Bens e Serviços, também englobada no que se intitula de despesas recorrentes.

O investimento em bens e serviços permitirá assegurar, por exemplo, os custos operacionais e de manutenção das centrais de Hera e Betano, garantindo a distribuição de energia eléctrica que consideramos absolutamente imperativa não apenas para a melhoria das condições de vida de todos os timorenses, mas também como factor primário do desenvolvimento da actividade económica.

No sector da Educação, **\$26,9 milhões** são destinados ao Programa da Merenda Escolar, que se por um lado mantém as nossas crianças na escola, por outro assegura uma maior equilíbrio nutricional no seu quotidiano, combatendo por isso a malnutrição. Ainda no sector da educação, esta parcela permite contribuir **\$9,5 milhões de dólares** para os salários dos professores em regime de transição beneficiando 4220 professores em todo o país, reforçando o papel daqueles que são os primeiros educadores das nossas crianças e por isso modeladores do nosso futuro.

Também o sector da saúde beneficia desta categoria, uma vez que abrange **\$3 milhões** para a compra de produtos alimentares para os pacientes dos nossos hospitais, elevando assim os cuidados médicos nacionais. Comporta igualmente **\$13 milhões** que estão previstos para a compra de medicamentos como forma de assegurar melhores condições para os nossos pacientes, assim como as pessoas portadoras de deficiências.

Os nossos sectores económicos tradicionais são também visados pela rubrica orçamental "Bens e serviços" seja com os Programas de compra de sementes do Ministério da Agricultura no valor de **\$4,6 milhões**, componente indispensável como garante da segurança alimentar, seja pela continuidade do Programa "Suku ida, produto ida" que com o contributo de **\$3 milhões** encoraja a especialização territorial da produção.

Dentro das despesas recorrentes, podemos também identificar uma série de investimentos sociais básicos no quadro das transferências públicas

Um dos grandes canais receptores das transferências públicas é o Ministério da Solidariedade Social, ao qual é alocado um montante financeiro de **\$139.4 milhões**, que engloba programas imprescindíveis para o nosso tecido social como a “Bolsa de mãe” a famílias vulneráveis, ou o apoio financeiro em forma de subsídios que são atribuídos aos heróis da nação, aos nossos Veteranos.

No quadro das transferências públicas, os sectores prioritários da Educação e da Saúde beneficiam de investimentos essenciais que garantirão o funcionamento imprescindível dos serviços. **\$25 milhões** serão atribuídos ao Ministério da Educação para reabilitar escolas nos 13 distritos, incluindo equipamento, instalações de água e saneamento e electricidade. O Ministério da Saúde contará por sua vez com **\$9 milhões** para subsidiar clínicas em todo o país.

Esta categoria engloba ainda **\$10 milhões** atribuídos à SEPFOPE para o desenvolvimento de estradas rurais, permitindo favorecer as infra-estruturas ao serviço das nossas populações rurais ao mesmo tempo que irá gerar emprego um pouco por todo o país. Com vista ao desenvolvimento rural, as transferências públicas abarcam também **\$11 milhões** para o Programa “Ita nia Rai” do Ministério da Justiça relativo à compensação de terras, assim como **\$13,7 milhões** para o Programa Nacional para o Desenvolvimento dos Sucos, o programa plurianual de grande monta orientado para um desenvolvimento equilibrado dos nossos sucos através de subsídios de acordo com as necessidades particulares de cada um.

Importa ainda mencionar a contribuição dessa categoria orçamental para o desenvolvimento de cooperativas e pequenos grupos industriais, pelo MCIA, ou o apoio prestado através da SEPFOPE a pequenas indústrias locais de materiais de construção.

Esta descrição detalhada permite concluir que este Orçamento é abrangente, nos propósitos do Governo, desde a componente de capital de desenvolvimento, virado para o investimento físico, aos incentivos que o Estado dá para o crescimento económico e geração de emprego, sob o investimento social, provindo das despesas recorrentes.

Excelências,

Reconhecemos que a taxa de Execução orçamental ficou aquém do que desejávamos, devido aos obstáculos que ainda hoje encontramos na implementação de alguns projectos. Porém, temos vindo a corrigir o necessário e queremos que este Orçamento Geral do Estado para 2014 reflecta também a premência do aperfeiçoamento dessa capacidade de implementação.

Sabemos que para tal teremos que fortalecer os instrumentos de fiscalização e de monitorização do Programa do Governo e do Plano Estratégico de Desenvolvimento, para assegurar uma correcta adequação entre o que planeámos e o seu resultado prático.

Nesse contexto, este ano tomámos a decisão de criar um instrumento que nos vai permitir monitorizar mais de perto a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Assim, foi estabelecido o Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento que, antes de mais, olha para o Plano de Desenvolvimento Estratégico de forma integrada, entrelaçando sectores que não podem ser autónomos, mas que só fazem sentido articulados.

Em última análise, este mecanismo pretende tornar a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento mais eficiente de ano para ano, favorecendo uma melhor coordenação interministerial. Pretende concretizar uma abordagem de todo o governo – whole-of-government – para fazer frente aos desafios que temos pela frente.

No seu conjunto, esta Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2014 Timor-Leste beneficia nesta altura da possibilidade de usar a enorme riqueza dos seus recursos naturais para alavancar o crescimento económico de forma a estimular por arrasto o sector privado.

Também nisso o Plano Estratégico de Desenvolvimento é muito claro: na ausência ainda de um sector privado dinâmico e capaz de por si só fazer crescer a economia, cabe ao Estado, nesta primeira fase, assegurar a liderança desse crescimento pela criação das condições necessárias em termos de infra-estruturas, desenvolvimento do capital humano, fortalecimento institucional, etc. para que em alguns anos as empresas possam ir assumindo o protagonismo.

Na realidade, creio que essa dinâmica começa a dar os primeiros sinais positivos de que estamos no caminho certo. Várias iniciativas têm sido levadas a cabo com o fim de estimular o sector empresarial timorense, assim como o investimento externo privado no nosso país.

Os PDDs I e II tinham já permitido fomentar o sector privado em todo o país, pela implementação de projectos a nível local de construção de pequenas obras de infra-estruturas. Posteriormente o Programa de Desenvolvimento Integrado Distrital (PDID) possibilitou a extensão de programas dessa natureza que agora culminam com a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento dos Sucos, com a implementação de projectos inicialmente em 30 sucos que tratam de, a par do estímulo ao sector privado local, promover a tomada de decisão desconcentrada absorvendo as necessidades específicas de cada comunidade.

A par com estes grandes Programas, uma série de outras iniciativas têm potenciado o dinamismo do mercado nacional.

Como sabem, em Junho deste mesmo ano, o balcão único de registo de empresas SERVE entrou em funcionamento, facilitando as questões administrativas relativas à criação de um tecido empresarial nacional. Os números apresentados pelo SERVE espelham que essa iniciativa tem, de facto, permitido acelerar o desenvolvimento do sector privado sendo que nos primeiros três quartos de 2013 já 1470 empresas tinham sido criadas, destas uma grande maioria de base nacional.

Estes números demonstram que algumas condições mínimas começam a existir para dar confiança aos profissionais timorenses para abrirem os seus próprios negócios. Abrir um negócio requer um esforço e um investimento significativo, requer capacidade técnica, requer acima de tudo um sentido de confiança de que teremos o retorno desse investimento pessoal e financeiro.

Essa confiança, excelências, é um dos melhores sinais de que o país olha para o futuro, que começa a ultrapassar o medo de um passado penoso, incerto que antes obstaculizava cada timorense na sua capacidade para empreender um modo de vida próprio. Mas devo dizer que é crucial e premente que, em 2014, se promova um debate profundo sobre mecanismos de apoio ao crédito aos empresários nacionais, com regras rigorosas quanto ao cumprimento das suas obrigações.

O dinamismo do Sector privado permitirá gradualmente aumentar também a receita fiscal. Esta tem aliás vindo a ser incrementada, esperando-se que em 2014 tenha um acréscimo de 13,5% relativamente a 2013.

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Suas Excelências
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional
Suas Excelências
Senhores Deputados

Senhoras e senhores,

Se esta confiança começa a existir internamente, também começa a reconfigurar o papel de Timor-Leste no mundo.

O perfil do país tem vindo a mudar aos olhos de quem nos vê de fora, de país beneficiário de ajuda internacional de grande monta a país resiliente que persiste em encontrar o seu lugar num espaço regional e mundial próprio.

Estamos a cumprir um ano da saída da Missão Internacional das Nações Unidas em Timor-Leste e da ISF e em muitos aspectos estamos a superar as expectativas.

Bem recentemente éramos sobretudo receptores de ajuda ao desenvolvimento, vistos como um Estado frágil. Especialistas não acreditaram no nosso projecto nacional, pensando que íamos precisar de mais tempo de intervenção internacional até conseguirmos assumir os desígnios da nossa Nação sozinhos.

Em pouco tempo, essa visão foi alterada de forma radical. Hoje Timor-Leste é visto como um parceiro confiável e comprometido. Os bons resultados que temos apresentado, com uma visão pragmática, endógena do que será o nosso futuro, tem cativado a confiança dos nossos parceiros internacionais.

Nesse diálogo com os parceiros tem facilitado o facto de termos estabelecido o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030. Timor-Leste tem um Plano traçado e sabe que caminho quer seguir.

Muitos julgavam que o país não tinha ainda alicerçado os pilares necessários para se manter sozinho. Um ano depois, creio que provámos o contrário. A economia não se ressentiu como o previsto, a segurança e a estabilidade mantêm-se e creio que todos estamos comprometidos com este esforço colectivo que não é partidário, que não é circunstancial de construir o país que queremos.

Este Orçamento espelha essa autonomia gradual conseguida, pela redução consecutiva com anos anteriores da dependência dos parceiros de desenvolvimento. Para 2014, o seu contributo para as despesas do Estado será de 10,6%, comparativamente aos 11,0% em 2013.

Num contexto mais amplo da posição de Timor-Leste no mundo e na região, este dado, como outros, é promissor.

Hoje começamos a ser atractivos para o investimento internacional, como é exemplo a decisão da RICOH PENTAX japonesa de se instalar em Timor-Leste. A substituição gradual da ajuda internacional ao desenvolvimento pelo investimento privado internacional, demonstra que os esforços continuados em estabelecer as condições básicas para o desenvolvimento do sector privado estão a ter um impacto não apenas nacional, mas também junto dos nossos parceiros internacionais.

Timor-Leste é um dos países mais competitivos da CPLP em termos fiscais, facto que foi referido no recente relatório “Paying taxes 2014” validando a opção política feita por este Governo de manter reduzida a taxa total de tributação, estando esta nos 11%.

Para o espírito de confiança no mercado global tem vindo a contribuir também a responsabilidade que nos foi atribuída em vários foros internacionais, responsabilidade que temos vindo a cumprir com rigor e elevado compromisso.

Ainda no ano transacto, fomos convidados a assumir a Presidência da UNESCAP e em 2014 assumiremos a Presidência da CPLP. A presença activa de Timor-Leste nestas esferas tem possibilitado o desenvolvimento de pontes cruciais com algumas áreas regionais do mundo em que temos parcerias privilegiadas.

Como país-ilha, temos apenas ligação por terra com os nossos irmãos Indonésios, com quem temos vindo a desenvolver uma relação excepcional. Mas beneficiamos de uma série de ligações que vão muito além da fronteira terrestre que poderão vir a ser capitalizadas pelo potencial da adesão à ASEAN.

Com a Indonésia, paralelamente a estáveis relações bilaterais, estamos agora a estabelecer uma relação triangular, com a Austrália como terceiro vértice desta parceria estratégica. A iniciativa de crescimento triangular entre Timor-Leste, as províncias vizinhas da Indonésia e o Northern Territory da Austrália tem em vista o desenvolvimento integrado dos três Estados, nesta sub-região, reforçando sectores económicos tão diversos como o turismo, a energia, a agricultura ou a I&D, com a complementaridade de iniciativas de cariz social e cultural que apenas estreitarão laços de amizade com os nossos vizinhos mais próximos.

Continuamos também a liderar um novo paradigma para o desenvolvimento dos Estados considerados frágeis, que vivem em situações de conflito ou de transição, no âmbito do g7+. Esta liderança tem também ela potenciado uma forma diferente de Timor-Leste se pôr no mundo. Foi neste quadro que este ano estabelecemos uma Agência de Cooperação de Timor-Leste e que temos prestado ajuda a vários países irmãos.

O caso último da Guiné-Bissau, de Novembro deste ano, consubstanciou-se num montante financeiro de \$6 milhões de dólares e no envio de uma equipa técnica de apoio ao processo de recenseamento eleitoral, num espírito de cooperação interinstitucional e de partilha da experiência valiosa que o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral timorense tem já acumulado.

Em todas estas vertentes, vamos fazendo um país renovado, atento também ao exterior ao mesmo tempo que olha para dentro e cuida das gentes que o compõem.

Excelências,

A proposta de Orçamento Geral de Estado para 2014 que hoje aqui apresentamos retrata na sua plenitude o projecto nacional que temos para Timor-Leste.

Num compromisso com o rigor, a ponderação e a transparência, este Orçamento responde às necessidades que temos pela frente, considerando também o futuro que nos espera, assegurando uma atenção cuidada à sustentabilidade fiscal e à boa gestão das contas públicas.

Os desafios que temos pela frente são imensos, mas hoje sabemos que percurso queremos fazer, para que as aspirações de todos os timorenses possam ter um lugar no país presente e no país futuro.

Começa hoje aqui mais uma etapa desse caminho!

Uma etapa que deve ser elevada por um debate construtivo, num espírito de compromisso comum com aquele que é o interesse nacional, o bem-estar de todos os timorenses.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão
Díli, 9 de Janeiro de 2014